



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Discurso de Presidente da Comissão de Ética Pública

Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento os Senhores Conselheiros da Comissão de Ética Pública e os demais servidores presentes.

É com sentimento de honra e gratidão que inicio minhas breves palavras. Ocupar o cargo de Presidente de um órgão de extrema importância para a nação faz com que eu reflita minhas atitudes como servidor e cidadão, diante de um tema que todos nós precisamos discutir e sempre estarmos atentos: a ética pública.

A Comissão de Ética Pública – CEP é órgão de assessoramento imediato do Presidente da República e sua instituição data de maio de 1999, ou seja, há mais de duas décadas. Ao nobre Colegiado, composto por sete brasileiros portadores de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, foi dada a missão de ser responsável por orientar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal.

Ao longo dos anos, outras competências também foram atribuídas à CEP, tais como se manifestar sobre consultas de conflito de interesses e apurar, de ofício ou mediante denúncia, condutas em desacordo com as normas éticas do Poder Executivo Federal. Em 2007, foi criado o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, cuja coordenação, avaliação e supervisão também está a cargo do Colegiado.

Para a execução dessas relevantes competências, a Comissão de Ética Pública conta com um corpo técnico de servidores experientes em matéria ética, que atualmente compõe a estrutura da Secretaria de Controle



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Interno da Presidência da República, da qual também me foi confiado o cargo de Secretário. Em 2020, quando retornei ao cargo de Secretário de Controle Interno, que havia ocupado entre 2016 e 2018, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública passou a compor a estrutura da Ciset/PR.

Nessa oportunidade, foi possível realizar a reestruturação da Secretaria-Executiva da CEP, que passou a ser composta por três Coordenações-Gerais: a Coordenação-Geral de Processos Éticos, responsável por conduzir a apuração de desvios éticos da Alta Administração Federal; a Coordenação-Geral de Análise de Conflitos de Interesses, cuja missão é verificar se existe conflito de interesses públicos e privados em relação às atividades executadas por ocupantes de cargos da Alta Administração; e, por fim, a Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, competente por gerir o Sistema e orientar as mais de 250 Comissões Setoriais de Ética, integrantes da estrutura dos órgãos e das entidades da administração pública federal.

Ao me deparar com tamanha responsabilidade, percebi o quanto a legislação vigente precisava de atualização. O Código de Conduta da Alta Administração Federal havia sido publicado em 2000 e o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, no ano 1994. Diante disso, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial, do qual fizeram parte representantes da Advocacia-Geral da União, da Controladoria-Geral da União e do Ministério da Economia, sob a coordenação do Secretário de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O então denominado GT-Ética realizou estudos de normas nacionais e internacionais, visando à atualização dos normativos federais sobre ética, incluindo temas, tais como nepotismo, assédio, resolução consensual de conflitos éticos, redes sociais, ritos processuais e brindes, ou seja, assuntos incorporados na rotina de todos os servidores públicos, mas que ainda não estão normatizados no âmbito federal. Como resultado final, o Grupo de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Trabalho apresentou, em setembro de 2021, proposta de Decreto ao Presidente da CEP, que, posteriormente, fez a entrega do documento ao Presidente da República.

Pela realização desse trabalho e experiência prévia na matéria, fui indicado para compor a Comissão de Ética Pública como Conselheiro e agora me sinto honrado pela confiança depositada por meus pares, que me elegeram Presidente do Colegiado. Não posso deixar de mencionar aqui os últimos ocupantes do cargo, que realizaram trabalhos extraordinários em busca da disseminação da matéria ética e da manutenção da ordem e integridade de agentes públicos federais: Dr. Luiz Navarro, Dr. Paulo Lucon, Dr. André Ramos Tavares e Dr. Antonio Nóbrega. Aliás, ao Dr. Antônio Carlos Nobrega, que permanece na composição do colegiado, deixo aqui o meu profundo agradecimento, bem como teço elogios à exemplar condução dos trabalhos, a que lhe foi confiada, enquanto ocupou a cadeira de Presidente da CEP.

Cada Presidente que passa pela Comissão de Ética Pública deixa a sua marca e aprimora os processos e serviços prestados. No decorrer do meu mandato, pretendo elaborar o Planejamento Estratégico do órgão, firmar parcerias nacionais e internacionais que gerem valor ao serviço público e à sociedade brasileira e continuar trabalhando para que o Brasil avance no aprimoramento dos normativos vigentes e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e de comunicação, condizentes com os desafios de ampliação das discussões que envolvam a ética no Brasil.

Eu, na condição de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, sempre busquei exercer minhas atribuições, com responsabilidade, pautando, sempre, minha conduta por princípios éticos, intrínsecos ao cargo por mim ocupado, com a missão de manter a supremacia do interesse público em detrimento do privado, na busca do bem-estar coletivo. O interesse público deve sempre prevalecer na administração pública, de tal modo que as condutas dos agentes públicos devem sempre se pautar na observância de princípios éticos e, com isso,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

impedir que preferências pessoais, favoritismos ou preconceitos possam influenciar atitudes ou a tomada de decisões das autoridades.

Urge o fortalecimento do serviço público, a partir da conduta de seus agentes, a fim de que o cidadão comum possa confiar e dar credibilidade ao Estado brasileiro. Os valores morais devem nortear todas as ações dos agentes, seja durante o exercício do cargo ou fora dele. Ser honesto, justo, assíduo, cortês, ter boa vontade, empatia e cuidado com o próximo é dever de todos nós e principalmente do ocupante de cargo público no cumprimento de sua missão de servir à sociedade.

Além de atitudes para com o próximo, a ética pública também se fortalece com a promoção da transparência. Esse conceito é inerente ao campo da ética, assim os órgãos devem se esforçar para que suas ações possam ser acompanhadas por qualquer cidadão. Nesse sentido, a Controladoria-Geral da União lançou o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal – denominado e-Agendas –, por intermédio do qual a população poderá acompanhar a agenda de compromissos públicos da Alta Administração e verificar a concessão e recebimento de brindes, presentes ou hospitalidades ofertadas por agentes privados, exercendo, assim, o controle social de atos públicos. Ressalto aqui que a Comissão de Ética Pública tem a relevante missão de fiscalizar o dever de divulgação de reuniões e compromissos das autoridades nas agendas públicas.

Não posso deixar de mencionar ainda a importante parceria da Comissão de Ética Pública e da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, firmada com intuito de aprimorar a análise de dados sobre Conflito de Interesses com o estabelecimento de uma metodologia que facilite a identificação de riscos relacionados ao tema.

Esses avanços normativos e tecnológicos são extremamente necessários para, cada vez mais, possibilitar o monitoramento e o controle de informações de interesse público, tendo como finalidade a prevenção e o combate aos desvios éticos no serviço público.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Caminhando para a conclusão, quero destacar importantes dirigentes que me fizeram crescer como pessoa e agente público, quando tive o privilégio de compor equipes de trabalho dirigidas por esses servidores exemplares, que aqui homenageio: Ricardo Wagner, Roberto Medeiros, Eveline Brito, Carlos Higino, Waldir João, Júlio César, Ivani dos Santos, Antonio Futuro, Jorge Oliveira, Mario Fernandes, Luiz Eduardo Ramos.

Sou sinceramente grato pelas oportunidades confiadas a mim e desejo que possa continuar sendo digno de ocupar funções de relevância no serviço público, sempre pautado nos princípios éticos que devem nortear todas as minhas ações e comportamentos, tanto no exercício da função pública quanto em minha vida particular.

Na pessoa do atual Secretário-Executivo da Comissão de Ética Pública, Ricardo Wagner, e do ex-Secretário-Executivo Regis Holanda, agradeço imensamente a todos os servidores lotados na Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública, pelo empenho e pela dedicação no cumprimento das competências que lhe são atribuídas no âmbito da Presidência da República e de todo o Poder Executivo federal. Sem os senhores, o trabalho da CEP não seria capaz de ser realizado com tamanha excelência.

Agradeço também a contribuição de cada Conselheiro da Comissão de Ética Pública, Dr. Francisco Bruno Neto, Dr. Edvaldo de Almeida Nilo, Dr. Antonio Carlos Nobrega e Dr. Fábio Prieto de Souza. Todos são responsáveis pelo cumprimento da legislação e disseminação da ética no Poder Executivo federal. Registro, mais uma vez, a honra de fazer parte de tão respeitado colegiado e a confiança a mim depositada na condução dos trabalhos do próximo ano.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Sou grato ainda a todos os meus amigos e colegas de trabalho da Controladoria-Geral da União e da Secretaria-Geral da Presidência da República, em especial da Corregedoria-Geral da União e da Secretaria de Controle Interno, que, de alguma forma, contribuíram para meu desenvolvimento profissional e estiveram ao meu lado, confiando em meu trabalho e em minha pessoa.

Concluo registrando meu agradecimento especial à minha esposa Mariana Sá Teles, amiga e companheira de vida, que me fortalece a cada dia para que eu seja uma pessoa melhor e um pai exemplar. Estamos juntos nesta jornada, dando as mãos e nos fortalecendo em busca de um futuro digno aos nossos filhos, André e Lucas. E aos meus pais, Edson e Milca, servidores públicos aposentados, que me educaram dentro de princípios éticos e me deram condições basilares para o meu desenvolvimento moral e intelectual.

Agradeço a todos e todas pela atenção.

Brasília, 7 de novembro de 2022.

EDSON LEONARDO DALECIO SÁ TELES
Presidente da Comissão de Ética Pública